

# ESSENCIAL PARA QUÊ? UMA VISÃO GLOBAL DE REPRODUÇÃO SOCIAL SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19<sup>1</sup>

Sara Stevano, Rosimina Ali e Merle Jamieson

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

«As condições criadas pela pandemia levam a que nós, trabalhadores essenciais – trabalhadores em geral – sejamos os que impedem que as ordens sociais se afundem no caos. No entanto, somos tratados com o maior desrespeito, como se fôssemos dispensáveis» escreveu Sujatha Gidla, a 5 de Maio de 2020, no *New York Times*. Sujatha é maquinista de metro em Nova Iorque, e falou da resposta lenta e inadequada dos empregadores e das autoridades, levando à doença e à morte entre os seus colegas de trabalho, com vista a garantir condições de trabalho mais seguras no sector.

Considerada, em grande parte, sem qualquer crítica, como se tivesse validade e aplicabilidade intrínseca ou intuitiva, a categorização da força de trabalho em «essencial» e «não essencial» foi uma dimensão fundamental da reorganização do trabalho no início da pandemia da COVID-19. No entanto, tal como as palavras de Gidla expõem, existem tensões incorporadas na noção de «trabalho essencial», em particular entre a essencialidade e a posição descartável dos trabalhadores essenciais. Deste modo, embora a categoria de trabalho essencial tenha sido adoptada subitamente e sem escrutínio, muitas questões permanecem sem resposta. O que é que constitui o trabalho essencial? Quem são os trabalhadores essenciais? Para quê e para quem são essenciais? Dada a adopção generalizada desta terminologia e da legislação associada em muitos países, é importante analisar os significados, aplicações, implicações e, fundamentalmente, o potencial transformador das categorizações de trabalhadores com base na noção de «essencialidade».

O presente artigo pretende investigar a noção de trabalho essencial através de uma lente feminista global centrada na reprodução social. Abordam-se duas questões principais:

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na versão em inglês publicada pelas autoras no *Canadian Journal of Development Studies*, que se cita: Sara Stevano, Rosimina Ali & Merle Jamieson (2020): “Essential for what? A global social reproduction view on the re-organisation of work during the COVID-19 pandemic”, *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, <https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1834362> (Stevano, Ali & Jamieson, 2020).

<sup>2</sup> Agradecemos pelo tempo que os entrevistados em Moçambique – os trabalhadores em particular – nos dedicaram.

primeiro, o que é trabalho essencial e como é que esta terminologia tem sido utilizada em diferentes países do Sul e do Norte Global. Através de uma revisão da literatura, decretos, documentos orientadores e artigos de jornal, procedemos ao mapeamento dos significados de trabalho essencial em todo o Mundo, utilizando como exemplos África do Sul, Brasil, Canadá, Inglaterra, Índia, Itália e Moçambique. Em segundo lugar, tomando como ponto de partida a afirmação feita pelos teóricos da reprodução social de que o reconhecimento de formas de trabalho desvalorizadas como essenciais constitui uma via para revalorizar o trabalho socialmente reprodutivo (Bhattacharya, 2020; Stevano *et al.*, 2021), perguntamos se este potencial foi explorado até agora e, caso contrário, que limitações, omissões e contradições o estão a impedir. A perspectiva global é complementada por um «foco» sobre Moçambique como um país de baixa renda, localizado no Sul Global, ocupando uma posição periférica nas economias globais e regionais e com uma grande percentagem de trabalhadores vulneráveis e essenciais. As ilustrações de Moçambique baseiam-se na investigação preliminar sobre o trabalho nas agro-indústrias, realizado pelas autoras antes da pandemia, em combinação com a revisão de artigos de jornal, documentos orientadores, observações e evidência primária seleccionada durante a pandemia.

A análise mostra que os significados do trabalho essencial são muito mais ambíguos, politizados e fungíveis do que se supunha. A perspectiva de reprodução social feminista global revela-se crucial para iluminar formas de trabalho essencial – trabalho não remunerado e informal – que estão largamente ausentes das classificações de trabalho essencial, uma omissão que denota um *preconceito produtivista e ocidental* na compreensão das realidades do trabalho que tornam a noção de trabalho essencial inadequada para regular a organização do trabalho em países de baixa renda, com uma grande economia informal e uma precariedade generalizada. Além disso, o enquadramento nacional da legislação essencial do trabalho torna-a inadequada para tratar as dimensões transnacionais do trabalho, particularmente em contextos periféricos. Nesta base, argumentamos que o potencial transformador da noção de trabalho essencial permanecerá inexplorado, a menos que possa ser utilizado para melhorar as condições laborais dos trabalhadores mais vulneráveis à escala global.

A secção seguinte esboça o quadro conceptual centrado numa perspectiva global de reprodução social que nos permite ver como a COVID-19 é uma crise de trabalho produtivo e reprodutivo. Em seguida, fazemos o mapeamento de como as classificações essenciais do trabalho foram utilizadas, quem são os trabalhadores essenciais e para que são essenciais; a última secção apresenta as conclusões.

## COVID-19 COMO UMA CRISE DE TRABALHO SOB UMALENTE GLOBAL DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Inicialmente uma crise de saúde pública, a COVID-19 expôs e exacerbou uma crise global de trabalho produtivo e reprodutivo em todo o mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que as perdas em horas de trabalho, no segundo trimestre de 2020, foram equivalentes a 495 milhões de empregos a tempo inteiro (OIT, 2020a). Enquanto isso, os trabalhadores informais, que representam cerca de 90 % do emprego nos países de baixa renda, viram os seus rendimentos diminuir 60 % no primeiro mês da crise (United Nations, 2020a). Além disso, quase três quartos dos trabalhadores domésticos do mundo – mais de 55 milhões de pessoas – perderam horas de trabalho ou empregos em Maio (OIT, 2020b). A tentativa de limitar os efeitos da crise na saúde desencadeou, portanto, rupturas imediatas e graves na organização do trabalho, tornando a COVID-19, uma crise de produção e reprodução sem precedentes (Mezzadri, 2020; Stevano *et al.*, 2021).

A crise de trabalho causada pela COVID-19 não é apenas uma consequência trágica de um acontecimento epidemiológico bizarro, mas sim uma manifestação das fragilidades sistêmicas existentes do capitalismo. No contexto dominante do neoliberalismo globalizado, a procura crescente do capital por mão-de-obra barata na periferia levou à reestruturação da produção global e à fragmentação dos meios de reprodução social dos cidadãos no Sul Global (Amin, 1972; Cousins *et al.*, 2018). Esta configuração mantém os países do Sul Global, particularmente os da África Subsaariana, como fornecedores de mercadorias de baixo valor (Amin, 1972; UNCTAD, 2019). Deste modo, enquanto o discurso de desenvolvimento dominante promove a participação nas cadeias globais de valor (CGV) como uma via para o crescimento e prosperidade, na realidade os trabalhadores do Sul Global são «desfavoravelmente integrados» nas CGV (Phillips, 2011), marginalizados delas e empurrados para formas de trabalho de sobrevivência (Meagher, 1995; Pattenden, 2016) que são subsidiárias da produção global (Bernards, 2019). Esta estrutura continua o legado do colonialismo e reproduz relações de dependência, que maximizam a extracção de excedentes no Sul Global (Emmanuel, 1972; Nkrumah, 1965; Sylla, 2014). A superexploração dos trabalhadores através de vários mecanismos de desvalorização do trabalho são centrais para as relações de troca desiguais (Emmanuel, 1972; Elson & Pearson, 1981).

Há muito que as feministas estão empenhadas no estudo de formas de trabalho que são sistematicamente desvalorizadas nos sistemas capitalistas (ver Ferguson, 2019); em alguns casos, ao extremo de lhes ser totalmente negada a denominação de trabalho (Bhattacharyya, 2018; Dalla Costa & James, 1972). A desvalorização do trabalho esmagadoramente realizado por mulheres – embora não exclusivamente – é um aspecto fulcral para os processos de acumulação de capital à escala global. Mies (1986) aborda a forma como os processos

globais de acumulação primitiva se baseiam na exploração da natureza, na colonização e na subordinação das mulheres. Enquanto a colonização está na base da divisão internacional do trabalho, a «*housewifization*» – processo de transformar as mulheres em donas de casa – estrutura a divisão doméstica do trabalho (Mies, 1986). Um mecanismo importante através do qual, o trabalho das mulheres foi desvalorizado e despolitizado é a sua rejeição para o lar, que é construído como uma esfera privada, distinta da chamada esfera pública, e governada pelo altruísmo e amor (Folbre, 1986; Elias & Roberts, 2016).

É importante notar que a desvalorização do trabalho tipicamente realizado por mulheres não se detém nos limites fictícios do agregado familiar, mas transcende para os mercados de trabalho, abrangendo várias formas de trabalho mercantilizado que são construídas como ocupações de baixa qualificação e baixa produtividade. Embora algumas vertentes do feminismo, especialmente a Branca, se tenham concentrado na opressão das mulheres através dos seus papéis de donas de casa, mães e cuidadoras em casa, as feministas Negras há muito que defendem que as mulheres são oprimidas como trabalhadoras e que a própria casa tem sido um local de trabalho mal remunerado, e não não-remunerado, para as mulheres de cor que trabalham como empregadas domésticas (Davis, 1983; Glenn, 1992).

Mies (1986) reconhece que, ao contrário das mulheres brancas, as mulheres de cor, nas antigas colónias, não podiam dar-se ao luxo de ser donas de casa porque a sua participação no trabalho assalariado contribuía para a sobrevivência da família e para a extracção de valor pelo capital global. Além disso, no Sul Global, a separação entre locais de produção e de reprodução é muito mais ofuscada e muitas vezes, vários tipos de trabalho assalariado são subcontratados a trabalhadores domiciliários e em outros locais fora da fábrica (Mies, 1982; Mezzadri & Fan, 2018). Estes padrões são válidos para muitos trabalhadores do Sul Global contemporâneo, que ilustraremos mais adiante utilizando o exemplo de Moçambique.

Com a possibilidade de reprodução através da auto-subsistência a ser cada vez mais corroída no Sul Global, outra estratégia de reprodução sob a globalização para alguns é migrar em busca de emprego, muitas vezes para os países ex-colonizadores. Para as mulheres migrantes, este trabalho ocorre tipicamente nos sectores dos cuidados reprodutivos, da saúde e do trabalho doméstico. A «divisão internacional do trabalho reprodutivo» (Parreñas, 2005:237) espelha a estrutura neocolonial do trabalho produtivo, uma vez que se extrai mais-valia emocional das mulheres migrantes dos países periféricos, que deixam para trás as suas próprias famílias para cuidar de outras na sua essência (Murphy, 2014). Estas dinâmicas não são apenas globais – elas são também movidas por sistemas de acumulação regionais e nacionais, que se articulam em torno de várias formas de migração com base no género, que sustentam a reconfiguração do trabalho produtivo e reprodutivo em função do género, raça e classe (O’Laughlin, 1998).

A redistribuição dos recursos destinados à prestação de cuidados, tanto a nível global como local, exacerba os sistemas de cuidados, já de si tensos, que são centrais para a reprodução

social, mas que têm sido criticamente subfinanciados no contexto da privatização encorajada pelas Instituições Financeiras Internacionais (Kentikelenis, Stubbs & King, 2015; O’Laughlin, 2016; Simeoni, 2020). A reestruturação dos sistemas de saúde implicou a deterioração das condições de trabalho dos profissionais de saúde em países como a Tanzânia e a África do Sul, o que levou à migração destes trabalhadores para países mais ricos do Norte Global (Valiani, 2012). Valiani (2012) documenta como a emigração de enfermeiros criou escassez de pessoal de enfermagem nos países africanos, traduzindo-se, assim, numa forma de acumulação por desapropriação.

Embora na maioria das vezes tratadas de forma distinta, as dinâmicas globais de produção e reprodução são mutuamente constituídas e em tensão (Katz, 2001). Adotar uma abordagem de reprodução social significa centrar esta relação dialéctica para compreender a reprodução da vida e do trabalho dentro do capitalismo global; em especial, para avaliar a noção de «trabalho essencial», baseamo-nos nas perspectivas de reprodução social que se preocupam com as dinâmicas reprodutivas sociais dos processos e das relações laborais (Mies, 1986; Mezzadri, 2019). Estas abordagens salientam como a interdependência da produção e reprodução é visível tanto através de práticas quotidianas, que moldam a organização do trabalho produtivo e reprodutivo em função do género, como através da essencialidade histórica do trabalho produtivo e reprodutivo barato e não remunerado para a acumulação de capital, que actualmente engloba a cadeia de abastecimento global mal remunerada e o trabalho doméstico, bem como o trabalho (de cuidados) não remunerado. Neste sentido, o género é uma relação chave na dinâmica da reprodução social, mas não uma relação que opera isoladamente das relações de classe, raça e estatuto de cidadania (Mies, 1986; Bannerji, 2011; Bhattacharyya, 2018).

A COVID-19 desencadeou uma crise de trabalho produtivo e reprodutivo neste já frágil quadro global. A ruptura do trabalho implicou a reprogramação das práticas de trabalho, cujo factor determinante tem sido a categorização do trabalho como essencial ou não. Durante os confinamentos, os trabalhadores essenciais foram obrigados a continuar a trabalhar, apesar de estarem mais expostos à COVID-19 e sem uma compensação adequada ou maior. Para os trabalhadores não essenciais, tiveram lugar várias formas de reorganização. Alguns mudaram para o trabalho a partir de casa; contudo, as variações regionais na percentagem de trabalhadores que podem transitar para o trabalho a partir de casa são impressionantes, oscilando entre 6 % na África Subsaariana e 30 % na América do Norte e Europa Ocidental (Berg, Bonnet & Soares, 2020). Assim, o potencial para o trabalho a partir de casa está distribuído de forma desigual e é praticamente irrelevante para muitos trabalhadores no Sul Global.

Para os trabalhadores não essenciais que não puderam trabalhar a partir de casa, os resultados têm variado entre suspensões com remuneração (às vezes reduzida) através de esquemas

de manutenção de emprego do Estado e ficar desempregados. No Norte Global, o investimento estatal, em diferentes graus, proporcionou uma rede de segurança para muitos destes trabalhadores. No entanto, calcula-se que 55 % da população mundial não esteja coberta por programas de protecção social (OIT, 2017). Embora muitos governos do Sul Global tenham tentado fornecer algum tipo de rede de segurança social, para a maioria dos países de baixa renda, o apoio para mitigar a perda de rendimentos é inadequado devido às limitações das receitas governamentais (OIT, 2017, 2020c) e prejudicado pela transferência de risco para os trabalhadores que se encontram na base das cadeias globais de abastecimento fragmentadas (Anner, 2020). Confrontados com alternativas drásticas entre morrer de fome ou do vírus, os vendedores informais, com o apoio da Coligação dos Defensores dos Direitos Humanos no Malawi, conseguiram fazer pressão junto do Supremo Tribunal para bloquear o confinamento pretendido pelo Governo durante 21 dias, para que os cidadãos pudessem continuar a ganhar o seu sustento (Goitom, 2020).

Paralelamente, o trabalho reprodutivo intensificou-se devido ao aumento das necessidades de cuidados de saúde e à sobrecarga dos hospitais, onde a capacidade de cuidados de saúde tem sido afectada pela exposição excessiva dos profissionais de saúde à doença, pelo encerramento de escolas e pelo aumento das necessidades de cuidados de saúde para as pessoas idosas (United Nations, 2020b). Na essência, o encargo da reprodução social foi ainda mais transferido e relegado para o lar, aprofundando assim o processo de longo prazo de privatização da reprodução social no quadro do neoliberalismo (Bakker, 2007; Stevano *et al.*, 2021). Esta mudança desencadeou a renegociação do trabalho reprodutivo nas famílias e agregados familiares, com implicações sociais para a distribuição do trabalho reprodutivo social e maiores desafios para aqueles que enfrentam dificuldades em combinar o trabalho produtivo com o reprodutivo, tais como agregados familiares com crianças, famílias monoparentais e trabalhadores essenciais.

Portanto, a reorganização do trabalho produtivo tem ramificações para o trabalho reprodutivo, e vice-versa. Crucialmente, a natureza globalizada da produção e reprodução significou que mesmo em países que não tiveram de parar as suas economias porque a crise de saúde pública da COVID-19 não foi tão aguda, as repercussões económicas foram, no entanto, sentidas através da ruptura das redes de (re)produção globais.

## O QUE É TRABALHO ESSENCIAL?

Apesar das significativas implicações de reprodução social de um trabalhador ser classificado como essencial ou não, antes da pandemia o conceito de trabalhadores essenciais aparece na literatura de forma escassa e difusa – tipicamente durante períodos de crise ou em

circunstâncias excepcionais – e não como uma categoria de trabalho universalmente reconhecida. Uma das primeiras utilizações da terminologia de trabalhador essencial aparece durante os períodos de guerra e refere-se aos trabalhadores que eram necessários a nível interno para «produzir os bens necessários para uso civil e militar» e que, por isso, estavam isentos do serviço militar (Dewey, 1984:214).

No Reino Unido, as Ordens dos Trabalhadores Essenciais permitiram ao Governo desviar os recrutas militares e as mulheres para indústrias essenciais, como a mineração, a indústria transformadora, os transportes, a agricultura e os serviços públicos, tendo os empregadores sido proibidos de despedir os abrangidos pelas Ordens (O'Hara, 2007). Mais recentemente, foram feitas referências a trabalhadores essenciais e trabalhadores-chave na literatura durante outros eventos isolados, tais como o confinamento decretado pelo Governo nos EUA (Baker & Yannelis, 2017), desastres naturais (Whittle *et al.*, 2012), e pandemias anteriores (Maunder, 2004; Gershon *et al.*, 2010).

Há alguns casos na literatura em que os termos são utilizados universalmente. No entanto, existem nuances que impedem uma conceptualização universal do trabalho essencial.<sup>3</sup> Por exemplo, os serviços essenciais são globalmente entendidos como grupos específicos de trabalhadores que estão proibidos de entrar em greve, quando tal seria «uma ameaça clara e iminente à vida, segurança pessoal ou saúde de toda ou parte da população» (OIT, 2018, Artigo 836). No entanto, o que constitui um serviço essencial varia consoante o país e a circunstância (Knäbe & Carrión-Crespo, 2019). Do mesmo modo, no âmbito das políticas de imigração de vários países, os trabalhadores com «competências essenciais» são elegíveis para vistos de trabalho, mas determinar o que constitui um trabalho essencial depende das competências que escasseiam internamente. Ademais, os «trabalhadores-chave» são globalmente entendidos como funcionários públicos com salários baixos a médios, que prestam serviços locais essenciais (enfermeiros, agentes da polícia, assistentes sociais, etc.) (Monk & Whitehead, 2011). Contudo, a literatura centra-se exclusivamente no «problema do trabalhador-chave», ou seja, a incapacidade dos «trabalhadores-chave» pagarem a habitação em zonas de alto custo, resultando em preocupações quanto ao fornecimento de serviços essenciais (Adeokun & Isaacs-Sodeye, 2014). Nestes termos, a literatura oferece pouco consenso sobre quem é um trabalhador essencial e para que são essenciais.

A falta de conceptualização universal em torno dos trabalhadores essenciais foi também evidente durante a pandemia. Analisamos a utilização de classificações de trabalho

---

<sup>3</sup> Existem outras utilizações universais, porém não relevantes, destes termos na literatura: «trabalhadores da linha da frente» referem-se a trabalhadores que estão perante clientes nos sectores do comércio a retalho e de hotelaria (Karatepe *et al.*, 2010) e a funcionários dos serviços públicos «de rua» (Blomberg *et al.*, 2015; Magadzire *et al.*, 2014) e um «trabalhador-chave» é uma função de apoio específico para pessoas vulneráveis (McKellar & Kendrick, 2013).

essencial em sete países do Sul e do Norte Global: África do Sul, Brasil, Canadá, Índia, Inglaterra, Itália e Moçambique, como se pode ver na Tabela 1.<sup>4</sup>

Os países seleccionados têm apenas 13 das 53 categorias de trabalho essencial totalmente em comum. As restantes categorias são designadas como essenciais em graus variáveis entre os países. Considerando os seus contextos geográficos e económicos específicos, os trabalhadores essenciais incluem os empregados nas seguintes áreas: agricultura, silvicultura e aquacultura na África do Sul, Canadá, Índia, Itália e Moçambique; monitoria de desastres naturais na África do Sul, Brasil e Índia; e mineração na África do Sul, Brasil, Canadá, Índia e Itália. Em termos de indústria transformadora, todos os países permitem a produção de insumos necessários para bens e serviços essenciais, enquanto o Brasil permite todas as actividades industriais. Enquanto a produção e venda de alimentos está classificada como essencial em todos os países, o Canadá permite explicitamente os *takeaways* e serviços de entrega de refeições, enquanto a África do Sul permite que as refeições quentes sejam vendidas apenas por entrega.

Ao mesmo tempo, alguns países não incluem categorias de trabalho aparentemente cruciais. Por exemplo, Inglaterra não refere explicitamente os serviços de limpeza, portaria ou saneamento como essenciais, enquanto o Brasil e Moçambique não referem ao trabalho de cuidados. O Brasil também revogou os serviços de remoção de resíduos do seu decreto oficial (Orientação Oficial do Brasil, 2020, Artigo IX). Apenas a Inglaterra e o Canadá incluem serviços de cuidados às crianças, o primeiro sem restrições, e o último restringe-os aos serviços de cuidados infantis a trabalhadores essenciais ou serviços de cuidados infantis domiciliários somente com menos de seis crianças. A Itália e o Canadá incluem serviços de alojamento e imobiliários sem quaisquer restrições, enquanto a Índia e a África do Sul incluem serviços de hotelaria e alojamento apenas para trabalhadores essenciais, e o Brasil, Inglaterra e Moçambique não fazem referência explícita à habitação para trabalhadores essenciais nas suas listas. Apenas a África do Sul e Itália incluem nas listas o trabalho doméstico remunerado, sendo que o primeiro limita este trabalho apenas ao pessoal que vive no local de trabalho.

---

<sup>4</sup> Utilizamos as listas de trabalhadores essenciais que foram fornecidas pelos países durante o confinamento de nível mais elevado (mais rigoroso), em que apenas os que constavam das listas eram oficialmente autorizados a continuar a trabalhar; no entanto, estas listas foram sujeitas a alterações durante toda a pandemia. Estas são as seguintes: África do Sul (Orientação Oficial da África do Sul, 2020), Brasil (Orientação Oficial do Brasil, 2020), Canadá (Orientação Oficial do Canadá, 2020), Inglaterra (Orientação Oficial do Reino Unido, 2020), Índia (Orientação Oficial da Índia, 2020), Itália (Orientação Oficial da Itália, 2020), Moçambique (República de Moçambique, 2020).



**TABELA 1: CLASSIFICAÇÕES DE TRABALHO ESSENCIAL NA ÁFRICA DO SUL (SA), BRASIL (BR), CANADÁ (CA), ÍNDIA (IN), INGLATERRA (EN), ITÁLIA (IT) E MOÇAMBIQUE (MZ).**

<b>Categorias de trabalho essencial</b>	<b>BR</b>	<b>CA</b>	<b>EN</b>	<b>IN</b>	<b>IT</b>	<b>MZ</b>	<b>SA</b>
Serviços de transporte aéreo, aquático, rodoviário, ferroviário em funcionamento durante a COVID-19	x	x	x	x	x	X	x
Serviços financeiros (bancos, sociedades de construção, seguradoras, etc.)	x	x	x	x	x	X	x
Cuidados de saúde e serviços de saúde mental	x	x	x	x	x	X	x
Jornalismo, radiodifusão, telecomunicações, imprensa escrita e electrónica	x	x	x	x	x	X	x
Petróleo, gás, água, electricidade, serviços de esgotos	x	x	x	x	x	X	x
Serviços de Farmácia e Laboratório	x	x	x	x	x	X	x
Produção, processamento, armazenamento, distribuição e venda de alimentos, bebidas, medicamentos, produtos de higiene e outros bens essenciais	x	x	x	x	x	X	x
Serviços de protecção, defesa e segurança (polícia, forças armadas, agentes da paz, polícia de transportes, agentes fronteiriços e aduaneiros, etc.)	x	x	x	x	x	X	x
Serviços veterinários e de bem-estar animal	x	x		x	x	X	x
Governo e instituições de caridade essenciais para uma resposta eficaz da COVID-19/ serviços públicos essenciais / serviços de acção social	x	x	x	x	x	X	x
Infra-estruturas informáticas e de dados	x	x	x	x	x		x
Serviços de pagamento	x	x	x	x	x	X	x
Prisões, tribunais e pessoal judiciário	x	x	x	x	x	X	x
Fabrico e venda de insumos para bens essenciais (produtos químicos, fertilizantes, minerais, metais, equipamento, etc.)	x	x	x	x	x	X	x
Serviços de remoção de resíduos		x	x	x	x	X	x
Trabalho de cuidados		x	x	x	x		x
Serviços de limpeza, portaria e saneamento	x	x		x	x	X	x
Serviços de emergência	x	x	x	x		X	x
Serviços de incêndio e salvamento	x	x	x	x		X	x
Gestão dos falecidos e serviços funerários	x	x	x	x		X	x
Mineração	x	x		x	x		x
Serviços postais	x		x		x	X	x
Actividades agrícolas, florestais e de aquacultura		x		x	x	X	x
Reparações (canalizadores, electricistas, serralheiros, vidraceiros, reparação de telhados, mecânicos, refrigeração e ventilação, etc.)	x	x		x	x		
Assistência social	x	x	x	x	x	X	x
Monitoria de desastres naturais (ex. de barragens, inundações)	x			x			x
Serviços de hotelaria e alojamento para a resposta à COVID-19		x		x			x
Serviços de manutenção (por exemplo, de equipamento de infra-estruturas, instalações, maquinaria e edifícios)	x	x			x		
Professores e profissionais da educação (de acordo com a orientação)		x	x		x		x
Alojamento/serviços imobiliários (não limitados à resposta à COVID-19)		x			x		
Actividades cujo processo de produção não pode ser interrompido sem danos (ex. produção de aço, alumínio, cerâmica e vidro)	x			x			
Serviços de controlo de pragas e doenças de animais e plantas	x						x
Actividades de construção civil	x				x		x
Segurança alimentar, inspecções do trabalho, agrícola, ambiental, sanitária e fitossanitária	x	x				X	x
Actividades industriais (não limitadas aos bens essenciais)	x						
Transporte e logística de bens essenciais listados para importação e exportação						X	x
Salões de beleza e barbeiros	x						
Serviços de aluguer de automóveis	x						
Serviços de cuidados infantis (restritos a trabalhadores essenciais e serviços de cuidados infantis domiciliários com menos de seis crianças, apenas)		x					
Serviços de cuidados de crianças (sem restrições)			x				

(cont.)

(cont.)

Desenvolvimento de produtos e serviços, incluindo start-ups	x							
Serviços de manutenção (apenas de emergência)								x
Retalho online/comércio electrónico (sem restrições)		x						
Retalho online/ comércio electrónico apenas para bens essenciais	x			x		X		x
Trabalho doméstico remunerado (qualquer)					x			
Trabalho doméstico remunerado limitado apenas ao pessoal residente no local de trabalho								x
Actividades religiosas de qualquer natureza	x							
Pessoal Religioso			x					
Trabalhos de reparação (apenas de emergência)								x
Instalações desportivas e ginásios	x							
Serviços essenciais, conforme definidos em pandemias anteriores								x
Actividades de consultoria e do edifício sede					x			
Pessoal sindical essencial para trabalhadores essenciais								x

Fonte: compilado pelas autoras

Nota metodológica: A maioria dos países que constam da nossa selecção desagregam as suas categorias essenciais de trabalhadores como grupos de actividades e serviços relacionados, ou seja, mais agregados e específicos ao contexto do que os níveis de classificação por indústria ou profissão. As duas excepções são Itália, que fornece a sua lista ao nível da Indústria, de acordo com a sua Classificação Nacional da Actividade Económica (ATECO, 2007), que é a sua versão nacional da NACE europeia (NACE, 2006:61), e correlaciona com a Classificação Internacional Industrial Padrão de todas as Actividades Económicas das Nações Unidas (ISIC) (ISIC, 2008:45), e o Canadá, que fornece a sua lista ao nível do trabalhador, mas não a compara com uma classificação nacional ou internacional de profissões. Para fins estatísticos, o Office for National Statistics do Reino Unido (United Nations, 2020a, 2020b) fez corresponder os trabalhadores essenciais fornecidos na Orientação do Governo à sua versão nacional do ISIC, e à Classificação Internacional Tipo das Profissões (ISCO) (ISCO, 2008:68). A correspondência das categorias de serviços/actividades de todos os nossos países com a classificação da indústria ISIC ou com a classificação de ocupação ISCO teria proporcionado uma normalização internacional. Contudo, ambas as categorizações proibiam a concisão devido ao nível de detalhe, mesmo no seu limite mais agregado (a lista britânica com a ISCO continha 211 ocupações, por exemplo), não conseguindo, ao mesmo tempo, acomodar serviços/actividades exclusivas da resposta à COVID-19. Portanto, como compromisso entre normalização, pormenor, concisão e contextualização, optamos por fornecer a nossa própria padronização ao nível dos grupos de actividade/serviço.

Alguns países escolheram qualificar o que constitui um «bem essencial», como a África do Sul, outros tornaram a definição intencionalmente ambígua, como no Reino Unido. Isto significou que no Reino Unido, por exemplo, a *Amazon* conseguiu explorar a categoria de trabalho essencial para forçar os seus funcionários a continuar a trabalhar num ambiente inseguro, apesar de enviarem artigos não essenciais, tais como máquinas de cortar relva (Munbodh, 2020). Na Índia, em vez de empresas que alargam os limites do trabalho essencial, certos Estados tentaram, em contrapartida, isentar as empresas das leis laborais, tais como a saúde e segurança no trabalho e a liberdade de associação, tendo introduzido medidas que lhes permitem contratar e despedir arbitrariamente (Obhan & Bhalla, 2020). Em Itália, a lista das actividades produtivas essenciais foi objecto de intenso debate e negociações entre o Governo, os representantes das empresas e os sindicatos (Baratta, 2020; Conte, 2020). Assim, a suposta objectividade da essencialidade é, de facto, politicamente negociada e reflecte as relações de poder entre capital e trabalho, mediadas pelo Estado.

Em Moçambique, 88 % da força de trabalho é informal e 66 % trabalha (como assalariados e/ou não assalariados) na agricultura (INE, 2019); nestes termos, de uma forma aproximada, isto indica que pelo menos dois terços da força de trabalho é essencial. No

entanto, duas dinâmicas que caracterizam a forma como a legislação sobre o trabalho essencial foi desenvolvida apontam para algumas limitações importantes. Em primeiro lugar, foi adoptada uma abordagem do topo para a base e a legislação foi aprovada sem consulta dos sindicatos, cuja participação foi restringida a negociações do salário mínimo no limitado sector formal. Em segundo lugar, os decretos relativos ao trabalho essencial revelam um distanciamento entre a legislação mais abrangente que rege os mercados de trabalho e a realidade de uma estrutura produtiva da economia dominada por formas de trabalho irregulares, informais, instáveis e inseguras. Uma investigação sobre as razões de tal distanciamento ultrapassa o âmbito do presente artigo, mas uma variada literatura tem documentado a negligência e a limitada compreensão dos mercados de trabalho, perpetuada por agendas de desenvolvimento neoliberal em Moçambique (Oya, 2013; Ali, 2017). Pesquisas exploratórias conduzidas pelas autoras sugerem que a classificação do trabalho essencial parece ter se baseado nos chamados critérios «gerais» ou «tradicionais» de actividades que são «naturalmente consideradas essenciais à vida quotidiana, tais como saúde, farmácia e serviços laboratoriais, venda de alimentos e outros bens e serviços básicos».<sup>5</sup> Além disso, de acordo com a Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), a classificação das actividades essenciais dentro da cadeia alimentar foi intencionalmente definida de forma ampla, para permitir variações específicas do contexto<sup>6</sup>, o que também sugere diferenças nas relações laborais e nas relações de poder entre empregadores e trabalhadores em todo o País. No essencial, a legislação de trabalho essencial adoptada em Moçambique está em desacordo com a realidade do trabalho no País, o que cria pontos omissos e limitações, aspectos que serão abordados na Secção 5.

Portanto, a categoria de trabalho essencial foi implantada de forma dispersa e heterogénea antes da pandemia COVID-19 e, em grande parte, as suas utilizações variadas continuaram durante a pandemia. Embora a noção de essencialidade pareça ter uma validade universal que capta actividades necessárias para sustentar a vida, os usos da categoria de trabalho essencial revelam um grau de fungibilidade que reflecte os seus fundamentos políticos e socioeconómicos. Em seguida questionamos quem são os trabalhadores essenciais.

## QUEM SÃO OS TRABALHADORES ESSENCIAIS?

Embora não haja consenso sobre quais as profissões essenciais, existe um consenso geral de que estes empregos são mal remunerados e exercidos de forma desproporcionada por

<sup>5</sup> Entrevista com um funcionário público na Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE), 17 de Setembro de 2020, Maputo.

<sup>6</sup> Baseado na comunicação pessoal com a inspectora da INAE num *webinar* de «Eclarecimento do Estado de Emergência no Sector Empresarial», 23 de Junho de 2020, Maputo.

peças de cor, mulheres e migrantes. Na capital do Reino Unido, os trabalhadores de origem étnica negra e asiática (*Black and Asian Minority Ethnic - BAME*) constituem uma parte desproporcionalmente grande dos sectores dos trabalhadores essenciais, nomeadamente 54 % da produção, processamento e venda de alimentos e 48 % dos trabalhadores da saúde e da assistência social (The Health Foundation, 2020). No sector alimentar, 30 % dos trabalhadores nasceram fora do Reino Unido, aumentando para quase metade dos trabalhadores do sector alimentar com menos de 40 anos de idade (Farquharson, Rasul & Sibietta, 2020). Além disso, as mulheres representam 60 % dos trabalhadores essenciais no Reino Unido, apesar de representarem apenas 43 % dos trabalhadores regulares, e constituem uns surpreendentes 80 % dos trabalhadores-chave do sector da assistência social e da educação (Ibid.). De um modo geral, os trabalhadores essenciais são mais propensos a auferir salários mais baixos do que os não essenciais, com 38 % dos trabalhadores essenciais a ganhar menos de £10 por hora, em comparação com 31 % dos trabalhadores não essenciais (TUC, 2020). A proporção de trabalhadores que ganham menos de £10 por hora sobe notavelmente para 71 % dos trabalhadores do sector alimentar e 58 % dos trabalhadores da assistência social (Farquharson, Rasul & Sibietta, 2020). Os trabalhadores de cuidados da linha da frente também têm uma probabilidade cinco vezes maior de ter um contrato de zero horas, comparativamente a todos os trabalhadores (Cominetti, Gardiner & Kelly, 2020).

No Brasil, 63 % dos trabalhadores domésticos são mulheres negras, menos de 30 % dos trabalhadores domésticos têm contratos formais, com uma proporção ainda menor para os trabalhadores negros, e mais de 2 milhões são trabalhadores indocumentados que recebem um salário médio de 17 dólares por dia (Pinheiro *et al.*, 2019). Na Índia, estima-se que mais de 90 % dos trabalhadores do saneamento pertencem às subcastas Dalit mais baixas (Bhatnagar, 2018). Em todo o Sul Global, o trabalho na origem das cadeias agro-alimentares é notoriamente mal remunerado e fragmentado internamente, sendo os segmentos com pior remuneração e mais precários frequentemente ocupados por mulheres e migrantes (Tallontire *et al.*, 2005; Selwyn, 2014). Em Moçambique, as condições salariais e de trabalho na agro-indústria são instáveis, inseguras e precárias, sendo os trabalhadores muitas vezes remunerados abaixo do salário mínimo sectorial devido à aplicação de metas de produção muito difíceis de atingir, perante a intensificação do trabalho e a imposição deficiente dos contratos de trabalho (frequentemente inexistentes em forma escrita, de curta duração e não asseguram uma remuneração pelo dia de trabalho realizado) (Stevano & Ali, 2019). Além disso, a própria legislação sobre salários mínimos sectoriais atribui salários mais baixos a várias ocupações classificadas como essenciais em relação às não essenciais, exceptuando a produção e a distribuição de electricidade e água, e serviços financeiros (ver a Tabela 2). Os salários mensais dos trabalhadores na agricultura, cuidados de saúde (enfermeiros) e administração pública encontram-se nos escalões salariais inferiores.

**TABELA 2: SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS SECTORIAIS EM MOÇAMBIQUE**

Sector	Salário mínimo mensal em MT (USD)	
Agriculturaa	4390	(62,43)
Indústria extractiva	9254	(131,60)
Indústria transformadora	7000	(99,54)
Produção e distribuição de electricidade e água	8300	(118,03)
Serviços financeiros, bancos e companhias de segurosa	12 760	(181,46)
Enfermagem	5272	(74,97)
Assistência de enfermagem	4468	(63,54)
Administração pública, defesa e segurança	4468	(63,54)
Indústria hoteleira	6478	(92,12)

Fonte: Compilado pelas autoras utilizando dados do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e informações sobre o salário mínimo para enfermeiros e auxiliares de enfermagem com base em entrevistas realizadas em Julho de 2020 a Actividade Essencial.

Portanto, a pandemia tornou notoriamente visíveis as principais tensões de reprodução social. Em primeiro lugar, o trabalho que é essencial para reproduzir a vida é um trabalho que tipicamente é visto como pouco qualificado e que tem sido sistematicamente subvalorizado. Em segundo lugar, a sobre-representação de mulheres e grupos minoritários em papéis essenciais de trabalhadores é uma manifestação da tendência histórica do capitalismo para diferenciar, e não homogeneizar, as classes trabalhadoras (Sanyal, 2007; Bhattacharyya, 2018), e dos mercados de trabalho para serem agentes de desigualdades (Elson & Pearson, 1981). Se o objectivo principal da economia fosse assegurar a provisão social, conforme preconizado por economistas feministas (Power, 2004), o trabalho seria avaliado com base nas suas contribuições para o bem-estar colectivo, implicando, assim, uma mudança no que as sociedades devem valorizar; a questão continua a ser se a noção de «essencialidade» pode contribuir para essa mudança.

## ESSENCIAL PARA QUÊ? TENSÕES ENTRE A REPRODUÇÃO DA VIDA E A REPRODUÇÃO DE RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

O recurso à categoria de trabalho essencial durante a pandemia destinava-se a assegurar a reprodução da vida e do capital, ambos em certa medida, enquanto partes significativas da economia estivessem encerradas. Mas será possível revalorizar a reprodução da vida humana sem reproduzir as relações capitalistas de exploração?

Uma limitação significativa das classificações de trabalho essencial é o seu foco no trabalho formal e remunerado, o que exclui muito trabalho que é essencial para a reprodução da vida que tem lugar na economia informal e numa base não remunerada. Este foco limitado reflecte um *bias* ou preconceito analítico produtivista e ocidental: o primeiro obscurece

a centralidade de partes significativas do trabalho reprodutivo que regeneram a vida, o segundo oculta as realidades do trabalho da grande maioria da população trabalhadora do Sul Global, pois sugere que os trabalhadores têm uma ocupação principal, enquanto os modos de vida são mais frequentemente construídos numa multiplicidade de ocupações. Iremos detalhar como estes *bias* ou enviesamentos tornam a noção de trabalho essencial inconsequente e mal-adaptada ao contexto de Moçambique.

A maioria dos trabalhadores moçambicanos insere-se em categorias consideradas essenciais, conforme discutido na secção anterior, mas a reorganização do trabalho resultou na ruptura e destruição dos modos de vida devido ao fracasso do Governo em fornecer alternativas. Por exemplo, para evitar a propagação do vírus, os mercados informais de bens e alimentos na capital Maputo foram temporariamente encerrados e os vendedores ambulantes retirados das ruas, apesar da sua resistência. Estas intervenções da chamada «requalificação» foram acompanhadas pela promessa de que os vendedores informais do mercado e ambulantes receberiam novos espaços para realizarem as suas actividades, mas o governo ainda não cumpriu esta promessa. Muitos vendedores de produtos essenciais, tais como produtos alimentares, que são mulheres, ficaram, assim, sem meios de sustento e não têm acesso à protecção social (O País, 2020).

A estrutura produtiva extractiva, altamente concentrada em recursos naturais e produtos primários para exportação, com fraca ou nenhuma ligação a outros sectores da economia, revela-se incapaz de gerar oportunidades de trabalho regulares, estáveis e seguras (Castel-Branco, 2014). Historicamente, as estruturas de trabalho e os mercados de trabalho têm sido múltiplos e interligados, uma vez que os trabalhadores tiveram de assumir a responsabilidade pela reprodução social (O’Laughlin, 1981; Oya, Cramer & Sender, 2009; Ali, 2020), mas a mercantilização da vida e a fragmentação associada dos meios de reprodução social intensificaram a necessidade dos agregados familiares de recorrer a múltiplas formas de trabalho precário e mal remunerado ao longo do tempo (Cousins *et al.*, 2018). Isto cria um círculo vicioso em que estruturas produtivas viradas para a extracção e exportação de produtos primários, em combinação com um regime de provisão social muito limitado, sustentam a existência de trabalho precário; por sua vez, a necessidade dos trabalhadores de se envolverem em múltiplas formas de trabalho subsidia a produção capitalista para exportação, mantendo, assim, más condições do trabalho assalariado.

Este círculo vicioso pode ser visto através da organização diária da vida laboral dos trabalhadores da agro-indústria. A Figura 1 ilustra, de forma simplificada, a natureza interdependente de várias formas de trabalho, bem como a forma como estas estão integradas nas práticas de gestão da dívida e da poupança. A partir destas interligações, emergem duas perspectivas importantes: primeiro, o trabalho assalariado na agro-indústria não pode ser compreendido isoladamente de vários outros tipos de trabalho e fluxos monetários; segundo,

uma crise num destes domínios tem efeitos sobre outros, com o potencial de ter impacto no bem-estar individual e familiar.

Os rendimentos provenientes do trabalho assalariado permitem aos heterogêneos trabalhadores da agro-indústria: (i) financiar o consumo de bens e serviços, (ii) adquirir parcialmente alimentos através da compra, (iii) ter uma base de investimento em actividades produtivas alternativas, incluindo o financiamento da sua própria produção agrícola familiar e (iv) responder a choques. Grupos informais de poupança (*xitique*) com colegas de trabalho proporcionam uma rede de segurança social em caso de acontecimentos inesperados e são utilizados para fazer investimentos em actividades paralelas de geração de dinheiro.

Estas dinâmicas de interdependência não se limitam à agro-indústria, mas moldam vidas laborais marginalizadas das redes globais de produção e, como sugerem evidências exploratórias e dispersas, também do sector público, conforme exemplificado por esta citação que destaca o problema dos baixos salários dos profissionais de saúde no sector público:

*Sacrificamos as nossas vidas, mas lá [no hospital público] não há vida... Por exemplo, tenho de fazer outras actividades para ajudar o nosso sustento, incluindo a produção agrícola em pequena escala [...] Por causa dos salários baixos, tive a oportunidade de me mudar para um hospital privado, onde actualmente recebo quase três vezes mais do que o salário no hospital público e tenho melhores condições de trabalho.* (Entrevista com um enfermeiro, 50 anos de idade, ex-profissional de enfermagem de um hospital público, actualmente a trabalhar num hospital privado em Maputo, 7 de Julho de 2020).

**FIGURA 1.** INTERDEPENDÊNCIA DO TRABALHO ASSALARIADO E REPRODUTIVO ATRAVÉS DE FLUXOS MONETÁRIOS.



Fonte: Ali e Stevano (2019), com base em entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores das agro-indústrias em Moçambique (plantações florestais e fábricas de processamento de caju).

Quando os mercados de trabalho estão tão segmentados e os vários domínios de produção e reprodução tão interligados, a utilização da categoria de trabalho essencial tem de ter em conta a diversidade e a intersecção do trabalho. Por um lado, as divisões entre formal e informal precisam ser ultrapassadas para oferecer protecção social aos trabalhadores essenciais, tanto na economia formal como na informal (Castel-Branco, 2020). Por outro lado, a interdependência das ocupações significa que as inter-relações entre o trabalho essencial e o não essencial são muito mais fortes; na realidade, estas inter-relações são muitas vezes incorporadas ao mesmo trabalhador. Assim, a utilização da classificação do trabalho essencial deve ter em conta estas realidades de trabalho.

É evidente que a simples caracterização de algumas formas de trabalho como essenciais, sem que sejam garantidos melhores salários, condições de trabalho e protecção da saúde dos trabalhadores, não é apenas simbólica, mas prejudicial. Embora seja reconhecida a importância dos trabalhadores essenciais, a sua descartabilidade é reforçada ao pedir-lhes que continuem a trabalhar no meio da falta de segurança e de equipamento de protecção inadequado (Gidla, 2020). Além disso, quando a descartabilidade dos trabalhadores depende do seu envolvimento em múltiplas formas de trabalho, a noção de essencialidade também tem de ter em conta este facto. A precariedade estrutural do trabalho é mantida por um sistema de exploração e opressão, reproduzido através de relações internacionais de troca e regulamentação nacional que, a menos que seja posto em causa pela definição de trabalho essencial, corre o risco de ser reproduzido através da definição de uma *fronteira de produção essencial*, que é caracterizada por um *bias* ou preconceito produtivista e ocidental. Se o reconhecimento da essencialidade do trabalho não puder reverter a fragmentação das vidas laborais, então as condições predominantes de exploração são perpetuadas.

Uma segunda limitação das classificações de trabalho essencial diz respeito à estreita aplicabilidade da categoria de trabalho essencial aos processos laborais circunscritos pelas barreiras nacionais, muitas vezes acompanhada de outras clivagens entre o trabalhador nacional e o trabalhador migrante. Esta é uma lacuna significativa que se não for enfrentada, reproduzirá as relações subjacentes de dependência e opressão que moldam o intercâmbio entre os países, especialmente as relações Sul-Norte, e as fragmentações de género e racializadas das classes trabalhadoras entre e dentro dos países.

Os sistemas contemporâneos de produção e reprodução têm um carácter globalizado, tal como descrito na secção 2, o que implica que a organização do trabalho através de regimes de controlo, bem como a capacidade dos trabalhadores para se organizarem colectivamente e negociarem melhores condições de trabalho, são determinados através da interacção de vários actores – o Estado, os trabalhadores e o capital – que operam tanto a nível nacional como transnacional (ver, por exemplo, Selwyn, 2014; Pattenden, 2016; Baglioni, 2018; Mezzadri & Fan, 2018; Hardy & Hauge, 2019). O reconhecimento da natureza interdependente



do trabalho tem de ser acompanhado por uma compreensão das interacções entre as dinâmicas locais e transnacionais de acumulação de capital. Por outras palavras, é necessário desvincular a noção de essencialidade da prática do nacionalismo metodológico, tanto em termos conceptuais como ao nível das políticas. A necessidade de ultrapassar o nacionalismo metodológico, definido como o estudo dos processos económicos impulsionados por factores internos vistos como separados dos externos (Pradella, 2014), foi articulada em estudos sobre o trabalho migrante (Hanieh, 2015; Pradella & Cillo, 2015). A forma como a classificação do trabalho essencial é aplicada deve ser avaliada neste contexto em que as dimensões transnacionais da fragmentação e dependência das classes trabalhadoras globais incluem a força de trabalho migrante e abrangem os modos de vida dos agregados familiares e comunidades ligadas à força de trabalho migrante e aos fluxos migratórios. Embora alguns destes circuitos tenham sido gravemente perturbados no início da pandemia, conforme analisado na Secção 2, é também evidente que a dependência do trabalho migrante e da rede global de (re)produção não cessou até agora – na realidade, alguns governos procuraram garantir o acesso aos trabalhadores migrantes, como se descreve a seguir. Em última análise, a reestruturação a longo prazo destas dinâmicas dependerá da duração da pandemia e das respostas à mesma em fases posteriores.

Em Moçambique, a mobilidade interna dos trabalhadores é crucial para várias formas de trabalho. Por exemplo, a mobilidade interrompida dos comerciantes em todo o País, as flutuações de preços provocadas por estrangulamentos da procura e a reduzida capacidade dos agricultores para mobilizar força de trabalho devido à menor mobilidade das pessoas contribuiu para criar impactos negativos para os agricultores moçambicanos, que eram visíveis já no início da pandemia (Zamchiya, Ntauazi & Monjane, 2020). Além do anteriormente mencionado, as escassas oportunidades de emprego geradas pela economia extractiva têm sustentado um fluxo de migrantes a longo prazo para a África do Sul. Com a imposição do confinamento na África do Sul, mais de 14 000 migrantes moçambicanos regressaram a Moçambique (IOM, 2020) e as consequências para os modos de vida dos que dependem das remessas poderão ser severas, embora a actual falta de dados e estudos impeça a nossa capacidade de descrever os impactos exactos. Globalmente, as remessas cresceram muito mais rapidamente do que o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na última década e constituíram um mecanismo de apoio aos países face aos choques económicos; o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que as remessas globais irão entrar em colapso em 20 %, o que constitui uma ameaça global (Sayeh & Chami, 2020). Assim, a mobilidade interrompida de trabalhadores e bens dentro de países e entre países, paralelamente à limitada capacidade fiscal de um país de baixa renda como Moçambique, não tem oferecido protecção aos trabalhadores essenciais.

Por outro lado, têm surgido dificuldades no recrutamento de força de trabalho migrante nos países receptores. O Reino Unido enfrenta uma escassez de pelo menos 90 000 trabalhadores

nos sectores alimentares e, em resposta a este desafio, as práticas de recrutamento tornaram-se mais impiedosas e pouco regulamentadas, com os trabalhadores a reportarem, na melhor das hipóteses, práticas contraditórias, no que diz respeito à implementação das medidas contra a COVID-19 no local de trabalho (Barnard, Costello & Butlin, 2020). Escassez semelhante e práticas duvidosas de recrutamento de trabalhadores migrantes têm sido documentadas em toda a Europa (Rogozanu & Gabor, 2020). O governo italiano desenvolveu uma proposta de «regularização» dos trabalhadores agrícolas e domésticos migrantes que vivem e trabalham ilegalmente no País, a que os trabalhadores agrícolas se opuseram fortemente por não englobarem muitos trabalhadores por razões burocráticas e por incluírem arbitrariamente os trabalhadores essencialmente de dois sectores, excluindo outros (Gaita, 2020). Durante a pandemia, o Governo Britânico aprovou previamente uma nova Lei de Imigração, que tornaria muitos trabalhadores migrantes essenciais inelegíveis para vistos de trabalho (Syal, 2020). Na Índia, a situação de milhões de trabalhadores migrantes, que repentinamente ficaram sem meios de subsistência nem protecção nas zonas urbanas, forçou-os a desafiar o confinamento e a regressar às zonas rurais nativas (Shah & Lerche, 2020). Embora a pandemia tenha tornado esta força de trabalho vulnerável e oculta mais visível (Ibid.) e partes desta força de trabalho reconhecidas como essencial, isto não se traduziu em condições de trabalho melhores e mais seguras para estes trabalhadores. Portanto, as classificações de trabalho essencial reconheceram certos trabalhadores como indispensáveis, mas não foram utilizadas para subverter as relações de poder que os tornam descartáveis. Mesmo que o trabalho dos trabalhadores essenciais tenha, certamente, contribuído para reproduzir a vida durante a pandemia COVID-19 em curso, como sempre faz, as omissões significativas, que são visíveis através de uma lente global de reprodução social, demonstram que a grande maioria dos trabalhadores vulneráveis não teve as suas condições de reprodução salvaguardadas. A sua expulsão do trabalho, apesar da sua essencialidade, e a sua relegação para modos de vida altamente precários reproduz e, de facto, agrava as dinâmicas de exploração existentes.

## CONCLUSÕES

Este artigo investigou a noção de trabalho essencial numa perspectiva feminista global centrada na reprodução social, e utilizou Moçambique como exemplo de um país de baixa renda no Sul Global, situado numa posição periférica nas economias globais e regionais, para avaliar a utilização, aplicabilidade e implicações das classificações de trabalho essencial. Três conclusões principais são destacadas.

Primeiro, ao contrário do que possa ter aparecido nas manchetes dos jornais e nos anúncios do Governo, as classificações do trabalho essencial foram aplicadas de forma diferente pelos

vários países, reflectindo contextos socioeconómicos específicos e decisões políticas que reflectem relações de poder entre o Estado, o capital e os trabalhadores.

Segundo, uma perspectiva de reprodução social revela que muitos tipos de trabalho essencial são formas de trabalho socialmente reprodutivo necessárias para a reprodução da vida que, no entanto, têm sido sistematicamente subestimadas e desvalorizadas nos sistemas capitalistas globais. Entretanto, tanto o trabalho reprodutivo não remunerado como o trabalho informal são largamente excluídos da *delimitação produtiva essencial*. Isto significa que as formas como as classificações de trabalho essencial têm sido utilizadas até agora reforçam os preconceitos produtivistas e ocidentais do trabalho, tornando a noção de trabalho essencial particularmente mal-adaptada e inconsequente nas economias periféricas de baixa renda.

Além disso, e por último, estas legislações não reconhecem a interacção existente entre actores nacionais e transnacionais nem as dinâmicas na forma como os mercados de trabalho e as relações laborais são moldados.

Assim, as relações de dependência entre países centrais e periféricos nas economias globais e regionais limitam substancialmente a capacidade dos países periféricos de protegerem os trabalhadores essenciais através da legislação nacional, enquanto a fragmentação das classes trabalhadoras é reproduzida através da exploração contínua dos trabalhadores migrantes.

A categorização do trabalho essencial tem sido aplicada pelos governos de forma simbólica e politizada, o que tem ameaçado as condições de trabalho dos trabalhadores essenciais, tornando-os mais vulneráveis à doença e tratando-os como prescindíveis/descartáveis. É claro que a noção de essencialidade deve ser utilizada para promover um argumento político de que estes trabalhadores precisam de ser reconhecidos e recompensados por uma condição socioeconómica reforçada através de melhores salários e condições de trabalho, o que pode acontecer no futuro, dependendo da mobilização colectiva em torno destas questões.

No entanto, subsistem algumas ressalvas importantes. Além dos perigos de criar uma classe trabalhadora dividida entre essencial e não essencial, tal como foi afirmado por Bergfeld & Farris (2020), a noção de essencialidade também corre o risco de perpetuar relações de dependência entre economias periféricas e economias centrais, bem como entre classes trabalhadoras, a menos que seja utilizada para proteger os trabalhadores mais vulneráveis – trabalhadores não remunerados, o exército de reserva global de força de trabalho na economia informal, particularmente no Sul Global e trabalhadores migrantes. Isto implica uma melhor compreensão do trabalho socialmente reprodutivo no Sul Global e o desenvolvimento de uma narrativa internacionalista conhecedora das relações de intercâmbio desigual. Só uma reformulação radical das relações globais de produção e reprodução pode garantir que as economias periféricas possam implementar legislação de trabalho essencial para proteger eficazmente a maior parte dos trabalhadores essenciais a nível global.

## REFERÊNCIAS

- Adeokun, C. & Isaacs-Sodeye, F. (2014) Delivering Affordable Dwellings for Key Workers: The Shared-Ownership Option in Sub-Saharan Africa. In: Samuel Laryea & Eziyi Ibem (eds.). *Proceedings 8th Construction Industry Development Board (Cidb)*. 2014 Joanesburgo, África do Sul, Universidade de Witwatersrand. pp. 1–7.
- Ali, R. (2020) Desafios e Contradições para uma Abordagem sobre Trabalho e Emprego em Moçambique. In: Salvador Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). pp. 235–279.
- Ali, R. (2017) Mercados de Trabalho Rurais: Porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In: Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco, & Carlos Muianga (eds.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 63–86.
- Ali, R. & Stevano, S. (2019) *Work in the Agro-industry, Livelihoods and Social Reproduction in Mozambique: Beyond Job Creation*. Boletim IDELAS Nº 121e. Maputo, IESE.
- Amin, S. (1972) Underdevelopment and Dependence in Black Africa—Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*. 10 (4), 503–524.
- Anner, M. (2020) *Abandoned? The Impact of Covid19 on Workers and Businesses at the Bottom of Global Garment Supply Chains*. Research Report.
- ATECO (2007) *ATECO (Classification of Economic Activity) 2007*. 2007. Disponível em Disponível em: <https://www.istat.it/en/archivio/17959> [Consultado a 8 de Julho de 2020].
- Baglioni, E. (2018) Labour Control and the Labour Question in Global Production Networks: Exploitation and Disciplining in Senegalese Export Horticulture. *Journal of Economic Geography*. 18 (1), 111–137. Disponível em: doi:10.1093/jeg/lbx013.
- Baker, S.R. & Yannelis, C. (2017) Income Changes and Consumption: Evidence from the 2013 Federal Government Shutdown. *Review of Economic Dynamics*. 23, 99–124. Disponível em: doi:10.1016/j.red.2016.09.005.
- Bakker, I. (2007) Social Reproduction and the Constitution of a Gendered Political Economy. *New Political Economy*. 12 (4), 541–556.
- Bannerji, H. (2011) Building from Marx: Reflections on ‘Race,’ Gender e Class. In: Shahrzad Mojab & Sara Carpenter (eds.). *Educating From Marx*. Palgrave Macmillan US. pp. 41–60.
- Baratta, L. (2020) Niente sciopero. Accordo raggiunto con i sindacati: le produzioni non essen-ziali chiuderanno. *Linkiesta*. 25 de Março. Disponível em: <https://www.linkiesta.it/2020/03/italia-coronavirus-accordo-sindacati-produzioni-non-essenziali-chiuderanno/> [Consultado a 8 de Julho de 2020].

- Barnard, C., Costello, F. & Butlin, S.F. (2020) *Working Conditions of Migrant 'Key Workers' in the COVID-19 Crisis*. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/working-conditions-of-migrant-key-workers-in-the-COVID-19-crisis/#> [Consultado a 8 de Junho de 2020].
- Berg, J., Bonnet, F. & Soares, S. (2020) *Working from Home: Estimating the Worldwide Potential*. Disponível em: <https://voxeu.org/article/working-home-estimating-worldwide-potential> [Consultado a 20 de Junho de 2020].
- Bergfeld, M. & Farris, S. (2020) The COVID-19 Crisis and the End of the 'Low-skilled' Worker. *Spectre Journal*. Disponível em: <https://spectrejournal.com/the-COVID-19-crisis-and-the-end-of-the-low-skilled-worker/> [Consultado a 25 de Junho de 2020].
- Bernards, N. (2019) Placing African Labour in Global Capitalism: the Politics of Irregular Work. *Review of African Political Economy*. 46 (160), 294–303. Disponível em: doi:10.1080/03056244.2019.1639496.
- Bhatnagar, N. (2018) The Harsh Reality of Life for India's 5 Million Sanitation Workers. *Quartz India*. Disponível em: <https://qz.com/india/1254258/sanitation-workers-a-five-million-people-large-blind-spot-in-india/> [Consultado a 13 de Julho de 2020].
- Bhattacharya, T. (2020) *Social Reproduction Theory and Why We Need It to Make Sense of the Coronavirus Crisis*. Disponível em: [http://www.tithibhattacharya.net/new-blog/2020/4/2/social-reproduction-theory-and-why-we-need-it-to-make-sense-of-the-corona-virus-crisis?fbclid=IwAR01W8\\_L8EWNN4nD2whbT\\_9ghIp7p8kPo5lQbdgsP8HC53Cp6NTuNl5ZVdc](http://www.tithibhattacharya.net/new-blog/2020/4/2/social-reproduction-theory-and-why-we-need-it-to-make-sense-of-the-corona-virus-crisis?fbclid=IwAR01W8_L8EWNN4nD2whbT_9ghIp7p8kPo5lQbdgsP8HC53Cp6NTuNl5ZVdc) [Consultado a 10 de Maio de 2020].
- Bhattacharyya, G. (2018) *Rethinking Racial Capitalism. Questions of Reproduction and Survival*. London, Rowman & Littlefield.
- Blomberg, H., Kallio, J., Kroll, C. & Niemelä, M. (2015) What Explains Frontline Workers' Views on Poverty? A Comparison of Three Types of Welfare Sector Institutions. *International Journal of Social Welfare*. 24 (4), 324–334. Disponível em: doi:10.1111/ijsw.12144.
- Castel-Branco, C.N. (2014) Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41 (sup1), S26–S48.
- Castel-Branco, R. (2020) *O trabalho e a protecção social num contexto de estado de emergência em Moçambique. Boletim IDELAS Nº125*. Maputo, IESE.
- Cominetti, N., Gardiner, L. & Kelly, G. (2020) *What Happens After the Clapping Finishes?* Disponível em: <https://www.resolutionfoundation.org/publications/what-happens-after-the-clapping-finishes/> [Consultado a 4 de Maio de 2020].
- Conte, V. (2020) Confindustria al governo: 'Non si può chiudere tutto'. Sindacati: 'Pronti allo sciopero generale'. *La Repubblica*. 22 March. Disponível em: [https://www.repubblica.it/economia/2020/03/22/news/caos\\_serrata\\_confindustria\\_al\\_governo\\_](https://www.repubblica.it/economia/2020/03/22/news/caos_serrata_confindustria_al_governo_)

- non\_si\_puo\_chiudere\_tutto\_scrivete\_bene\_il\_decreto\_-251987770/ [Consultado a 8 de Julho de 2020].
- Cousins, B., Dubb, A., Hornby, D. & Mtero, F. (2018) Social reproduction of ‘classes of labour’ in the rural areas of South Africa: contradictions and contestations. *The Journal of Peasant Studies*. 45 (5–6), 1060–1085.
- Dalla Costa, M. & James, S. (1972) *The Power of Women and the Subversion of the Community*. London, Falling Wall Press.
- Davis, A. (1983) *Women, Race e Class*. New York, Vintage.
- Dewey, P.E. (1984) Military Recruiting and the British Labour Force During the First World War. *The Historical Journal*. 27 (1), 199–223. Disponível em: doi:10.1017/S0018246X0001774X.
- Elias, J. & Roberts, A. (2016) Feminist Global Political Economies of the Everyday: From Bananas to Bingo. *Globalizations*. 13 (6), 787–800.
- Elson, D. & Pearson, R. (1981) ‘Nimble Fingers Make Cheap Workers’: An Analysis of Women’s Employment in Third World Export Manufacturing. *Feminist Review*. 7 (1), 87–107.
- Emmanuel, A. (1972) *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. New York, Monthly Review Press.
- Farquharson, C., Rasul, I. & Sibieta, L. (2020) *Differences Between Key Workers*. IFS Briefing Note BN285. Disponível em: doi: 10.1920/BN.IFS.2020.BN0285.
- Ferguson, S. (2019) *Women and Work: Feminism, Labour and Social Reproduction*. London, Pluto Press.
- Folbre, N. (1986) Hearts and Spades: Paradigms of Household Economics. *World Development*. 14 (2), 245–255.
- Gaita, L. (2020) *Decreto Rilancio, i braccianti in sciopero contro i termini della regolarizzazione: ‘Spot per mera utilità di mercato, non è lotta allo sfruttamento’*. *Il Fatto Quotidiano*, 21 de Maio. Disponível em: <https://www.ilfattoquotidiano.it/2020/05/21/decreto-rilancio-i-braccianti-in-sciopero-contro-i-termini-della-regolarizzazione-spot-per-mera-utilita-di-mercato-non-e-lotta-allo-sfruttamento/5808344/> [Consultado a 8 de Junho de 2020].
- Gershon, R.R.M., Magda, L.A., Qureshi, K.A., Riley, H.E.M., et al. (2010) Factors Associated with the Ability and Willingness of Essential Workers to Report to Duty During a Pandemic. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*. 52 (10), 995–1003. Disponível em: doi:10. 1097/JOM.0b013e3181f43872.
- Gidla, S. (2020) We Are Not Essential. We Are Sacrificial. *The New York Times*. 5 May. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/05/opinion/coronavirus-nyc-subway.html> [Consultado a 6 de Maio de 2020].

- Glenn, E.N. (1992) From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. 18 (1), 1–43.
- Goitom, H. (2020) *Malawi: High Court Temporarily Blocks COVID-19 Lockdown*. Disponível em: [//www.loc.gov/law/foreign-news/article/malawi-high-court-temporarily-blocks-COVID-19-lockdown/](http://www.loc.gov/law/foreign-news/article/malawi-high-court-temporarily-blocks-COVID-19-lockdown/) [Consultado a 22 de Junho de 2020].
- Hanieh, A. (2015) Overcoming Methodological Nationalism: Spatial Perspectives on Migration to the Gulf Arab States. In: Abdulhadi Khalaf, Omar AlShehabi, & Adam Hanieh (eds.). *Transit States: Labor, Migration and Citizenship in the Gulf*. London, Pluto Press. pp. 57–76.
- Hardy, V. & Hauge, J. (2019) Labour Challenges in Ethiopia's Textile and Leather Industries: no Voice, No Loyalty, No Exit? *African Affairs*. 118 (473), 712–736.
- INE (2019) *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Divulgação dos Resultados Preliminares*. GPHC.
- IOM (2020) *Mozambican Workers Returning from South Africa Engaged to Check COVID-19's Spread*. Abril. Disponível em: <https://www.iom.int/news/mozambican-workers-returning-south-africaengaged-check-COVID-19s-spread>.
- ISCO (2008) *International Standard Classification of Occupations (ISCO08)*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms\\_172572.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms_172572.pdf).
- ISIC (2008) *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*. Disponível em: [https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm\\_4rev4e.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_4rev4e.pdf).
- Karatepe, O.M., Sokmen, A., Yavas, U. & Babakus, E. (2010) Work-family Conflict and Burnout in Frontline Service Jobs: Direct, Mediating and Moderating Effects. *Economics and Management*. 4, 61–73.
- Katz, C. (2001) Vagabond capitalism and the necessity of social reproduction. *Antipode*. 33 (4), 709–728.
- Kentikelenis, A.E., Stubbs, T.H. & King, L.P. (2015) Structural Adjustment and Public Spending on Health: Evidence from IMF Programs in low-Income Countries. *Social Science & Medicine*. 126, 169–176.
- Knäbe, T. & Carrión-Crespo, C.R. (2019) *The Scope of Essential Services: Laws, Regulations and Practices*.
- Magadzire, B.P., Ashwin Budden, Kim Ward, Roger Jeffery, et al. (2014) Frontline Health Workers as Brokers: Provider Perceptions, Experiences and Mitigating Strategies to Improve Access to Essential Medicines in South Africa. *BMC Health Services Research*. 14 (1), 520. Disponível em: doi:10.1186/s12913-014-0520-6.

- Maunder, R. (2004) The Experience of the 2003 SARS Outbreak as a Traumatic Stress Among Frontline Healthcare Workers in Toronto: Lessons Learned. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B: Biological Sciences*. 359 (1447), 1117–1125. Disponível em: doi:10.1098/rstb.2004.1483.
- McKellar, A. & Kendrick, A. (2013) Key Working and the Quality of Relationships in Secure Accommodation. *Scottish Journal of Residential Child Care*. 12 (1), 46–57.
- Meagher, K. (1995) Crisis, Informalization and the Urban Informal Sector in Sub-Saharan Africa. *Development and Change*. 26 (2), 259–284.
- Mezzadri, A. (2020) A Crisis Like No Other: Social Reproduction and the Regeneration of Capitalist Life During the COVID-19 Pandemic. *Developing Economics*. Disponível em: <https://developingeconomics.org/2020/04/20/a-crisis-like-no-other-social-reproduction-and-the-regeneration-of-capitalist-life-during-the-COVID-19-pandemic/> [Consultado a 29 de Junho de 2020].
- Mezzadri, A. (2019) On the Value of Social Reproduction: Informal Labour, the Majority World and the Need for Inclusive Theories and Politics. *Radical Philosophy*. 2, 33–41.
- Mezzadri, A. & Fan, L. (2018) ‘Classes of Labour’ at the Margins of Global Commodity Chains in India and China. *Development and Change*. 49 (4), 1034–1063.
- Mies, M. (1986) *Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the international division of labour*. London, Zed Books.
- Mies, M. (1982) *The Lace Makers of Narsapur: Indian Housewives Produce for the World Market*. London, Zed Books.
- Monk, S. & Whitehead, C. (2011) *Making Housing More Affordable: The Role of Intermediate Tenures*. Chichester, John Wiley & Sons.
- Munbodh, E. (2020) Amazon Worker Describes Warehouse as ‘Living Hell’ as Online Orders Soar, Mirror. *Mirror*. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/money/amazon-worker-says-coronavirus-spreading-21760050> [Consultado a 12 Junho de 2020].
- Murphy, M.F. (2014) Global Care Chains, Commodity Chains e the Valuation of Care: A Theoretical Discussion. *American International Journal of Social Science*. 3 (5), 9.
- NACE (2006) *NACE Rev. 2*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5902521/KS-RA-07-015-EN.PDF>.
- Nkrumah, K. (1965) *Neo-colonialism. The Last Stage of Imperialism*. London, Panaf.
- O País (2020) *Requalificação de mercados ‘empurra’ mulheres para desgraça*. 14 July. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/requalificacao-de-mercados-empurra-mulheres-para-desgraca/> [Consultado a 21 de Julho de 2020].
- Obhan, A. & Bhalla, B. (2020) *India: Suspension of Labour Laws Amidst COVID-19*. Disponível em: <https://www.mondaq.com/india/employment-and-workforce-wellbeing/935398/suspension-of-labour-laws-amidst-COVID-19>.



- O'Hara, G. (2007) Macroeconomic Planning. In: Glen O'Hara (ed.). *From Dreams to Disillusionment: Economic and Social Planning in 1960s Britain*. London, Palgrave Macmillan UK. pp. 37–71. doi:10.1057/9780230625488\_3.
- OIT (2018) *Compilation of Decisions of the Committee on Freedom of Association*. Disponível em: [http://ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:70002:0::NO:70002:P70002\\_HIER\\_ELEMENT\\_ID,P70002\\_HIER\\_LEVEL:3945366,1](http://ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:70002:0::NO:70002:P70002_HIER_ELEMENT_ID,P70002_HIER_LEVEL:3945366,1) [Consultado a 12 de Maio de 2020].
- OIT (2020a) *ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work*. 6th ed. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_755910.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/briefingnote/wcms_755910.pdf).
- OIT (2020b) *Impact of the COVID-19 Crisis on Loss of Jobs and Hours Among Domestic Workers*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed\\_protect/-protrav/-travail/documents/publication/wcms\\_747961.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_protect/-protrav/-travail/documents/publication/wcms_747961.pdf).
- OIT (2020c) *Social Protection Responses to the COVID-19 Pandemic in Developing Countries: Strengthening Resilience by Building Universal Social Protection*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed\\_protect/-soc\\_sec/documents/publication/wcms\\_744612.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_protect/-soc_sec/documents/publication/wcms_744612.pdf) [Consultado a 20 de Julho de 2020].
- OIT (2017) *World Social Protection Report 2017–19: Universal Social Protection to Achieve the Sustainable Development Goals*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms\\_604882.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms_604882.pdf).
- O'Laughlin, B. (1981) A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (3). *Centro de Estudos Africanos (CEA). Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Maputo*. 9–32.
- O'Laughlin, B. (1998) Missing Men? The Debate over Rural Poverty and Women-Headed Households in Southern Africa. *The Journal of Peasant Studies*. 25 (2), 1–48.
- O'Laughlin, B. (2016) Pragmatism, Structural Reform and the Politics of Inequality in Global Public Health. *Development and Change*. 47 (4), 686–711.
- Orientação Oficial da África do Sul (2020) *Disaster Management Act, 2002 Regulations Issued in Terms of Section 27(2) of the Disaster Management Act, 2002*. Disponível em: [https://www.gov.za/sites/default/files/gcis\\_document/202004/43258rg11098gon480s.pdf](https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/202004/43258rg11098gon480s.pdf).
- Orientação Oficial da Índia (2020) *No.40-3/2020-DM-I (A) Government of India Ministry of Home Affairs*. Disponível em: [https://www.mha.gov.in/sites/default/files/PR\\_Consolidated%20Guideline%20of%20MHA\\_28032020%20%281%29\\_1.PDF](https://www.mha.gov.in/sites/default/files/PR_Consolidated%20Guideline%20of%20MHA_28032020%20%281%29_1.PDF).
- Orientação Oficial da Itália (2020) *MODULARIO. P. C.M.194. MOD. 247. Il Presidente del Consiglio dei ministri*. Disponível em: [http://www.governo.it/sites/new.governo.it/files/Dpcm\\_img\\_20200426.pdf](http://www.governo.it/sites/new.governo.it/files/Dpcm_img_20200426.pdf).

- Orientação Oficial do Brasil (2020) *Decreto No. 10,282, de 20 de Março de 2020*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm) [Consultado a 7 de Julho de 2020].
- Orientação Oficial do Canadá (2020) *Guidance on Essential Services and Functions in Canada During the COVID-19 Pandemic*. Disponível em: <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/ntnl-scrtr/crtcl-nfrstrctr/esf-sfe-en.aspx> [Consultado a 7 de Julho de 2020].
- Orientação Oficial do Reino Unido (2020) *Our Plan to Rebuild: The UK Government's COVID-19 Recovery Strategy*. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/our-plan-to-rebuild-the-uk-governments-COVID-19-recovery-strategy/our-plan-to-rebuild-the-uk-governments-COVID-19-recovery-strategy> [Consultado a 7 de Julho de 2020].
- Oya, C. (2013) Rural Wage Employment in Africa: Methodological Issues and Emerging Evidence. *Review of African Political Economy*. 40 (136), 251–273.
- Oya, C., Cramer, C. & Sender, J. (2009) Discretion and Heterogeneity in Mozambican Rural Labor Markets. In: Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, & António Francisco (eds.). *Reflecting on Economic Questions*. Maputo, IESE. pp. 50–71.
- Parreñas, R.S. (2005) The International Division of Reproductive Labor: Paid Domestic Work and Globalization. In: Richard P. Appelbaum & William I. Robinson (eds.). *Critical Globalization Studies*. New York, Routledge. pp. 237–248.
- Pattenden, J. (2016) Working at the Margins of Global Production Networks: Local Labour Control Regimes and Rural-Based Labourers in South India. *Third World Quarterly*. 37 (10), 1809–1833.
- Phillips, N. (2011) Informality, Global Production Networks and the Dynamics of 'Adverse Incorporation'. *Global Networks*. 11 (3), 380–397. Disponível em: doi:10.1111/j.1471-0374.2011.00331.x.
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M. & Fontoura, N. (2019) *OS DESAFIOS DO PASSADO NO TRABALHO DOMÉSTICO DO SÉCULO XXI: REFLEXÕES PARA O CASO BRASILEIRO A PARTIR DOS DADOS DA PNAD CONTÍNUA*.
- Power, M. (2004) Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics. *Feminist Economics*. 10 (3), 3–19. Disponível em: doi:10.1080/1354570042000267608.
- Pradella, L. (2014) New Developmentalism and the Origins of Methodological Nationalism. *Competition & Change*. 18 (2), 180–193.
- Pradella, L. & Cillo, R. (2015) Immigrant Labour in Europe in Times of Crisis and Austerity: An International Political Economy Analysis. *Competition & Change*. 19 (2), 145–160.
- República de Moçambique (2020) *Lei Número 4/2020. I Série – Number 82*.

- Rogozanu, C. & Gabor, D. (2020) Are Western Europe's Food Supplies Worth More than East European Workers' Health? *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/commentisfree/2020/apr/16/western-europe-food-east-european-workers-coronavirus> [Consultado a 16 de Abril de 2020].
- Sanyal, K.K. (2007) *Rethinking Capitalist Development: Primitive Accumulation, Governmentality and Post-Colonial Capitalism*. London, Routledge.
- Sayeh, A. & Chami, R. (2020) *Lifelines in Danger, IMF and Finance & Development*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/06/COVID19-pandemic-impact-on-remittance-flows-sayeh.htm>.
- Selwyn, B. (2014) Capital-Labour and State Dynamics in Export Horticulture in North-East Brazil. *Development and Change*. 45 (5), 1019–1036.
- Shah, A. & Lerche, J. (2020) The Five Truths About the Migrant Workers' Crisis. *Hindustan Times*. 13 July. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/analysis/the-five-truths-about-the-migrant-workers-crisis-opinion/story-awTQUm2gnJx72UWbdPa5OM.html> [Consultado a 13 de Julho de 2020].
- Simeoni, C. (2020) Why Nigeria Knows Better How to Fight Corona than the US. *International Politics and Society*.
- Stevano, S. & Ali, R. (2019) *Working in the Agro-Industry in Mozambique: Can These Jobs Lift Workers Out of Poverty? IDELAS N° 117e*. Maputo, IESE.
- Stevano, S., Ali, R. & Jamieson, M. (2020) Essential for what? A global social reproduction view on the re-organisation of work during the COVID-19 pandemic. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*. Disponível em: [doi:https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1834362](https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1834362).
- Stevano, S., Mezzadri, A., Lombardozzi, L. & Bargawi, H. (2021) Hidden Abodes in Plain Sight: The Social Reproduction of Households and Labour in the COVID-19 Pandemic. *Feminist Economics*.
- Syal, R. (2020) Points-based UK Immigration Bill Passes Initial Commons Stage. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/may/18/points-based-uk-immigration-bill-passed-by-parliament> [Consultado a 24 de Julho de 2020].
- Sylla, N.S. (2014) From a Marginalised to an Emerging Africa? A Critical Analysis. *Review of African Political Economy*. 41 (sup1), S7–S25.
- Tallontire, A., Dolan, C., Smith, S. & Barrientos, S. (2005) Reaching the Marginalised? Gender Value Chains and Ethical Trade in African Horticulture. *Development in Practice*. 15 (3–4), 559–571.
- The Health Foundation (2020) *Black and Minority Ethnic Workers Make Up a Disproportionately Large Share of Key Worker Sectors in London*. Disponível em:

- <https://www.health.org.uk/chart/black-and-minority-ethnic-workers-make-up-a-disproportionately-large-share-of-key-worker> [Consultado a 5 de Julho de 2020].
- TUC (2020) *A £10 Minimum Wage Would Benefit Millions of Key Workers*. Disponível em: <https://www.tuc.org.uk/research-analysis/reports/ps10-minimum-wage-would-benefit-millions-key-workers> [Consultado a 5 de Julho de 2020].
- UNCTAD (2019) *Commodities and Development Report 2019: Commodity Dependence, Climate Change and the Paris Agreement*. Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2499> [Consultado a 20 de Julho de 2020].
- United Nations (2020a) *The World of Work and COVID-19 Policy Brief*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/genericdocument/wcms\\_748428.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/genericdocument/wcms_748428.pdf) [Consultado a 21 de Junho de 2020].
- United Nations (2020b) *UN Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women*. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/policy-brief-the-impact-of-COVID-19-on-women-en.pdf>.
- Valiani, S. (2012) South-North Nurse Migration and Accumulation by Dispossession in the Late 20th and Early 21st Centuries. *World Review of Political Economy*. 3 (3), 354–375.
- Whittle, R., Walker, M., Medd, W. & Mort, M. (2012) Flood of Emotions: Emotional Work and Long-Term Disaster Recovery. *Emotion, Space and Society*. 5 (1), 60–69. Disponível em: doi:10.1016/j.emospa.2011.08.002.
- Zamchiya, P., Ntauazi, C. & Monjane, B. (2020) The Four Immediate Impacts of COVID-19 Regulations on the Mozambican Farmers. *PLAAS Blog*. Disponível em: <https://www.plaas.org.za/the-four-immediate-impacts-of-COVID-19-regulations-on-the-mozambican-farmers/>.